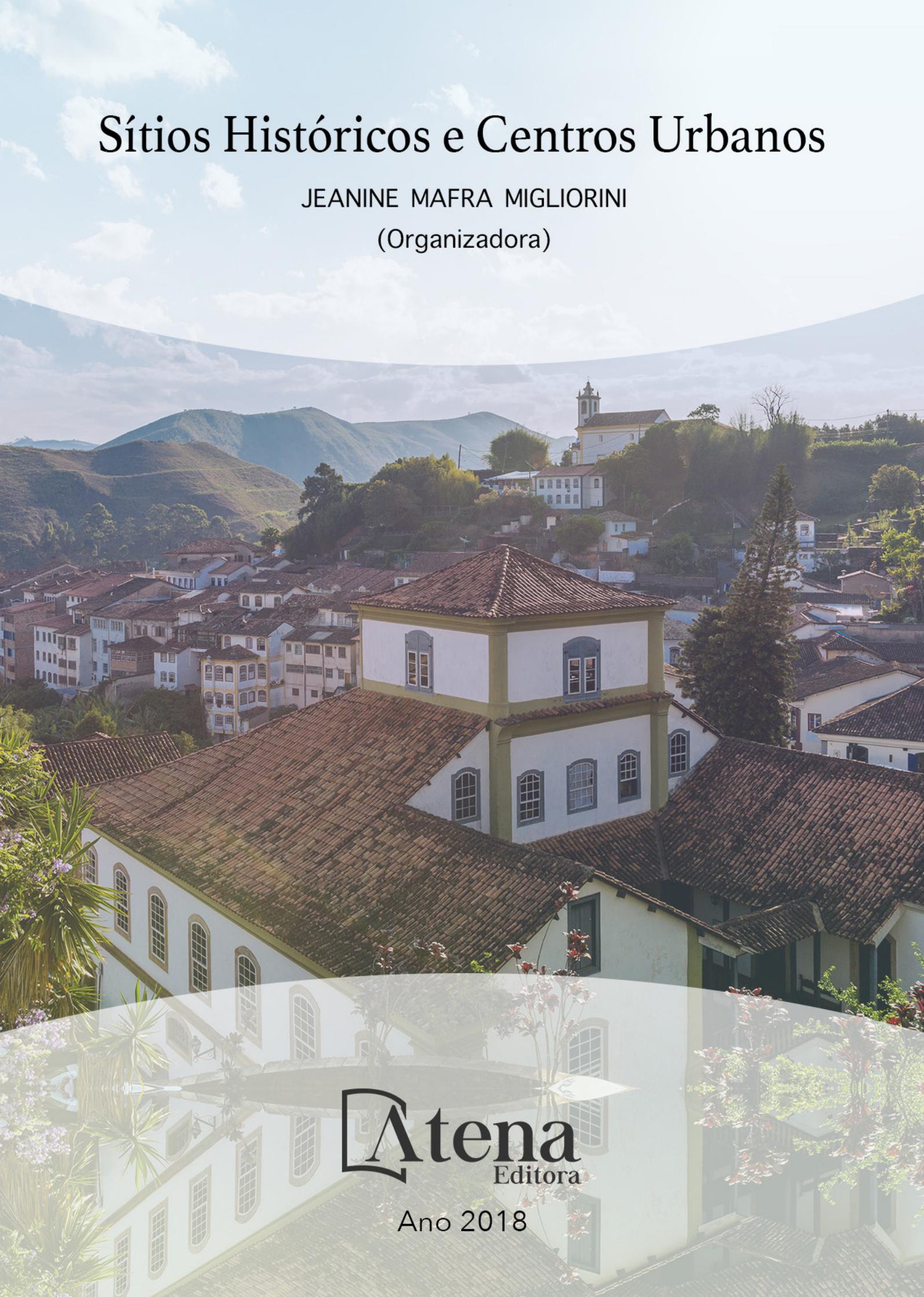


Sítios Históricos e Centros Urbanos

JEANINE MAFRA MIGLIORINI

(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Sítios Históricos e Centros Urbanos

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S623	Sítios históricos e centros urbanos [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-38-3 DOI 10.22533/at.ed.383182609 1. Arquitetura – Conservação e restauração. 2. Patrimônio cultural – Proteção. I. Migliorini, Jeanine Mafra. II. Título. CDD 720.288
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Patrimônio pode ser entendido como algo de valor, que merece cuidado e exige atenção para que se mantenha. Esta definição deve ser aplicável ao patrimônio econômico e ao cultural. Então por que é tão difícil a compreensão da necessidade do cuidado com o patrimônio cultural? O patrimônio cultural possui um valor intangível, e por isso é tão difícil mensurar sua importância. É necessário fazer perceber que valorizar o patrimônio cultural é respeitar nosso ser social, no contexto e entorno.

Entretanto a discussão sobre o patrimônio é abrangente e delicada, uma vez que muitas vezes interfere em bens particulares, que possuem valor para a sociedade, essa é uma das grandes polêmicas que envolvem este assunto. Isto nos leva a mais um questionamento: o que deve ser preservado? Esta é uma resposta que cabe aos especialistas, que analisam um contexto, deixando de lado interesses pessoais, uma vez que deve prevalecer o interesse comunitário. Estes pareceres são técnicos, e não poderiam ser alterados por poderes políticos: eis aqui mais uma questão delicada referente ao patrimônio.

Em meio à tantas contendas devemos refletir sobre a necessidade de interferência do poder público, para a conservação de nossa história, de nossos bens materiais e imateriais, culturais e naturais. Não deveria ser intrínseco ao ser humano a necessidade de cultivar nossa história, nossos bens comuns? Lanço mais um questionamento: o poder público, responsável pela árdua tarefa de classificar, atender, vigiar e punir, se necessário, o descaso com nosso patrimônio, realmente está cumprindo seu papel? Ainda: tem interesse em cumprir esse papel?

A cultura é inerente ao ser humano, e sua importância deveria ser inquestionável, mas o que vemos atualmente é um grande descaso, gerando graves consequências para cada um de nós e para todos nós. Estes são alguns dos pontos que justificam a necessidade crescente de discutir, estudar, analisar e cuidar dos nossos tão preciosos patrimônios. Como isso é possível? Enumero algumas ações possíveis discutidas neste livro.

Incentivar a restauração de bens em estado de degradação, esta feita por profissionais qualificados, que podem conduzir o processo com competência e qualidade, e para isso existem leis, uma vez conhecidas podem ser cobradas por todos. Por isso o conhecimento sobre o patrimônio, sobre sua importância é tão fundamental.

Outra ação possível, que vai ao encontro desta, é a criação de rotas patrimoniais, para que chegue até o público o conhecimento, a vivência, a experiência. As temáticas para desenvolver este trabalho são vastas, basta interesse. O que nos leva à mais uma ação: a gestão patrimonial, quer seja pública ou privada. Deve ser exercida para uma manutenção apropriada dos bens. Para que isso ocorra é necessário que se criem ou se exerçam políticas patrimoniais. Através delas pode, ou não, ser incentivado o cuidado, a valorização e até mesmo a percepção acerca do patrimônio, por parte da população.

Em meio a tudo isso o tema que acredito ser a base para que todo este cenário ocorra: a educação patrimonial, que dá subsídios para que as outras ações ocorram, é o conhecimento que permite a apropriação, o desenvolvimento do sentimento de pertença, e conseqüente valorização do patrimônio.

É um caminho de muitas pedras, mas que deve ser iniciado com determinação, por aqueles que são os disseminadores dessas ações. Este livro é um desses passos de reconhecimento desta caminhada.

Boa leitura e engaje-se nesta luta!

Prof.^a Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MOTIVADORA DO AUTO RECONHECIMENTO HISTÓRICO DO INDIVÍDUO SOCIAL CACERENSE	
<i>Thais Lara Pinto de Arruda</i> <i>Rafael Leandro Rodrigues dos Santos</i> <i>Veruska Pobikrowska Tardivo</i>	
CAPÍTULO 2	16
OLHARES SOBRE O BAIRRO LAGOINHA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, IMAGENS COTIDIANO E MEMÓRIAS	
<i>Loque Arcanjo Júnior</i> <i>André Luiz Rocha Mattos Caviola</i>	
CAPÍTULO 3	28
A UFBA NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA NA PESQUISA E NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL PARA A RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS.	
<i>Renata Lucena Gribel</i>	
CAPÍTULO 4	40
A CIDADE FICOU VELHA? ENTRE POLÍTICA PATRIMONIAL E A PERCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO DOS MORADORES DO BAIRRO DA CIDADE VELHA, BELÉM, PARÁ	
<i>Sabrina Campos Costa</i> <i>Edgar Monteiro Chagas Junior</i>	
CAPÍTULO 5	52
REFLEXÕES E POSSIBILIDADES ACERCA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII	
<i>Lucas de Paula Souza Trancoso</i>	
CAPÍTULO 6	68
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PARA MUSEUS LOCALIZADOS EM ÁREAS REMOTAS	
<i>Micheli Martins Afonso</i> <i>Karen Velleda Caldas</i> <i>Juliane Conceição Primon Serres</i>	
CAPÍTULO 7	77
O IMPACTO DAS INUNDAÇÕES SOBRE ALVENARIAS HISTÓRICAS EM TIJOLO CERÂMICO: A DESTRUIÇÃO GRADATIVA DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA [ES]	
<i>Luciana da Silva Florenzano</i> <i>Renata Hermann de Almeida</i>	
CAPÍTULO 8	93
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE BIOTÉCNICAS NA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ENCOSTAS NOS QUINTAIS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA	
<i>Clodomir Barros Pereira Junior</i> <i>André Cardim Aguiar</i>	

CAPÍTULO 9	109
JARDINS DE BURLE MARX: UM PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO MODERNO A SER PRESERVADO NA CIDADE DE TERESINA/PI	
<i>Emanuelle de Aragão Arrais</i> <i>Ana Virgínia Alvarenga Andrade</i> <i>Ana Cristina Claudino de Melo</i>	
CAPÍTULO 10	119
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL BRASILEIRO: REFLEXÕES À MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SÉCULO XX	
<i>Ronaldo André Rodrigues da Silva</i>	
CAPÍTULO 11	135
FORTIFICAÇÃO E HUMANIDADE	
<i>Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque</i> <i>Veleda Christina Lucena de Albuquerque</i>	
CAPÍTULO 12	148
ENTRE A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO RECONSTRUIR SIMBÓLICO DA FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO	
<i>Elis Regina Barbosa Angelo</i>	
CAPÍTULO 13	160
A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO: PROPOSTA EM CONCEIÇÃO DA BARRA/ES	
<i>Maísa Fávero Costa</i>	
CAPÍTULO 14	173
PAISAGENS DA MEMÓRIA: INFORMAR PARA PRESERVAR	
<i>Paulo José Lisboa Nobre</i> <i>Isaías da Silva Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 15	187
A LEGITIMAÇÃO DA HISTÓRIA DA ARTE POR MEIO DA PINTURA MURAL	
<i>Larissa Gabe</i> <i>Mariela Camargo Masutti</i> <i>Maria Aparecida Santana Camargo</i>	
CAPÍTULO 16	198
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S ^ª DA CONCEIÇÃO DOS PARDOS DE LARANJEIRAS SE/BR	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	

CAPÍTULO 17 214

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO CONFORTO E FUNCIONALIDADE DAS EDIFICAÇÕES MODERNISTAS DE FORTALEZA

Rebecca Campos Leite Alencar

Isabelle Mendonça de Carvalho

Thaís Rebouças Vidal

Amando Candeira Costa Filho

CAPÍTULO 18 225

A RECONSTRUÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NO MEIO PATRIMONIAL: DAS RUÍNAS AO MUSEU DE VARSÓVIA

Daniel de Almeida Moratori

CAPÍTULO 19 240

REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM OURO PRETO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX: RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO

Patrícia Thomé Junqueira Schettino

Fernanda Alves de Brito Bueno

SOBRE A ORGANIZADORA..... 258

A CIDADE FICOU VELHA? ENTRE POLÍTICA PATRIMONIAL E A PERCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO DOS MORADORES DO BAIRRO DA CIDADE VELHA, BELÉM, PARÁ

Sabrina Campos Costa

Secretaria de Estado de Cultura, Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural

Belém – Pará

Edgar Monteiro Chagas Junior

Universidade da Amazônia, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura

Belém – Pará

RESUMO: Esta pesquisa buscou responder se a política preservacionista implementada nos últimos vinte anos pelas diferentes esferas de governo influenciou o significado de patrimônio cultural entre moradores do bairro da Cidade Velha, Belém, Pará e teve, como objetivo geral, compreender os efeitos sociais da política de patrimônio cultural implementada no bairro mais antigo de Belém. A metodologia seguida foi de consulta bibliográfica e documental, caminhadas de estranhamento, reconhecimento e observação participante, compondo um zoneamento do bairro juntamente com entrevistas e histórias de vida de seus moradores antigos. Como resultados, encontramos um significado de patrimônio que está mais próximo do entendimento dos moradores de qualidade de vida, que seria resultante de um planejamento integrado da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Política cultural; Patrimônio cultural; Cidade Velha; Belém; Pará.

ABSTRACT: This research sought to answer if the preservationist policy implemented in the last twenty years by the different spheres of government influenced the meaning of cultural heritage among residents of the neighborhood of Cidade Velha, Belém, Pará and had, as a general objective, to understand the social effects of heritage cultural policy implemented in the oldest neighborhood in Belém. The methodology applied in this research followed a bibliographical and documentary consultation, stranger walking, recognition and participant observation, composing a neighborhood zoning along with interviews and life histories of its ancient residents. As results, we find a heritage meaning that is closer to the residents' understanding of life quality, which would result from an integrated city planning.

KEYWORDS: Cultural policy; Cultural heritage; Cidade Velha; Belém; Pará.

1 | INTRODUÇÃO

A Cidade Velha é o bairro mais antigo da capital do Pará, local de maior concentração de edificações e monumentos históricos e manifestações com valor histórico-cultural.

Espaço este que vivencia, nas últimas décadas, processos de planejamento e gestão enquanto centro histórico, resultando em novas funções, apropriações, e ressignificações, implicando no ato de habitar, contemplar e consumir. Este processo de atuação do poder público na Cidade Velha fora iniciado na década de 1970; a década de 1990, contudo, foi a escolhida como recorte temporal da pesquisa, por ter sido o período histórico em que o país teve sua economia aberta definitivamente ao neoliberalismo, e cujo ideário predominante na América Latina seguiu os preceitos resultantes de um encontro realizado em Washington em 1889, que entre outros, determinava a priorização dos gastos públicos e formação de mercados emergentes (GENNARI, 2002). Isso significou a adaptação do patrimônio cultural para fins econômicos, como recurso para o entretenimento e o turismo, que na cidade de Belém, teve como intervenções exemplares a restauração do Palácio Antônio Lemos – sede da prefeitura – e o Núcleo Cultural Feliz Lusitânia.

Na pesquisa, tivemos como indagações: A política preservacionista implementada nos últimos vinte anos pelas diferentes esferas de governo influenciou o significado de patrimônio cultural entre moradores do bairro da Cidade Velha, Belém, Pará? Que perspectivas os moradores da Cidade Velha possuem para o futuro do bairro?

Considerando que uma das dificuldades de monitoramento e avaliação da política pública em geral é a carência de pesquisas e dados estatísticos, esta pesquisa teve, portanto, como objetivo geral compreender os efeitos sociais da política de patrimônio cultural implementada na Cidade Velha, enquanto ação materializada e prática simbólica, que construiu nas últimas décadas, paisagens culturais, estabelecendo influências nas sociabilidades no bairro.

Neste sentido, como forma de pensar a dinâmica do bairro, seguimos os passos trilhados por Magnani (1996), identificando, em caminhadas de estranhamento, reconhecimento e observação participante, pontos de referência de sociabilidade, com atenção especial à materialidade da paisagem.

Entre os atores sociais, o enfoque da pesquisa foram os moradores antigos da Cidade Velha, através de histórias de vida levantadas em 20 entrevistas semiestruturadas, com recorte geográfico distinguindo entre a porção “patrimonial” – segundo as legislações de tombamento municipal, estadual e federal – e a “não patrimonial” ou de entorno, onde se buscou polifonias, naquilo que as pessoas identificam, na trama do cotidiano e do patrimônio cultural, como cenário e expressão simbólica, dando visibilidade aos arranjos e aos modos de vida, ou seja, seu advento enquanto novos atores políticos. Elementos estes, presentes na fala de Cardoso (1986) onde denuncia seu *status quo*, ou sinais de um inconformismo e resistência política. De modo a preservar a identidade dos interlocutores, optou-se em comum acordo com os mesmos pelo uso de nome fictícios.

2 | MARCOS CONCEITUAIS DO PATRIMÔNIO

O patrimônio cultural vem se construindo com consideráveis avanços na sua conceituação, concomitantemente com as noções de memória, ação e identidade que se realizam na vida cotidiana, conforme nos lembram os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

Falar em aproximação e afetividade na vida cotidiana implica em vivência, rememoração, interligação entre passado e presente. Para Pierre Nora (1981), a história está acelerada, o passado morto e há uma percepção global de desaparecimento das coisas. A memória passou à categoria de ascensão da consciência de si mesmo pelo signo do terminado, do que sobrou de vivido pela tradição, costume, repetição do ancestral, o impulso de um sentimento histórico profundo. Este autor traz a memória à luz do patrimônio, à qual atribuiu essência e significado.

A identidade é outra perspectiva que se coaduna com o patrimônio. Peixoto (2004) faz a ressalva de que nem todo o patrimônio resulta em uma identidade, e nem toda a identidade, a um patrimônio, porém no processo formal de valorização e proteção dos bens culturais, o patrimônio é a prova da existência de certa identidade; a identidade ganha visibilidade se ancorada sobre um patrimônio.

Destaca-se que o patrimônio cultural no período histórico em que vivemos demanda ações, objetos ou outros tipos de vestígios – que simbolizam lugares de memória – para cumprimento de sua função. Nora (1981, p. 7-9), coloca que “a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história”; as pessoas precisam de locais de memória por não haver mais meios de memória, ou seja, “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”, afirma o autor. São os lugares de memória, portanto, que mantêm a coesão da sociedade, que consonante à adoção de ritos, manifestações materiais do legado cultural promovem o sentimento de identidade grupal. Os processos de patrimonialização, na visão de Peixoto (2004) substituem uma identidade vivida e compartilhada e funcionam como uma reativação, reinvenção ou idealização e não necessariamente são a versão essencialista da identidade.

A memória é carregada pelos grupos vivos, é afetiva e está constante e dialeticamente em evolução, no sentido do que é retido, esquecido ou reformulado pelos usos e manipulações.

Neste sentido, cada grupo foi condenado imperiosamente, diz Nora (1981) a redefinir sua identidade pela revitalização da sua história, encontro com suas origens. Assim, é pela idealização do real que o patrimônio ganha visibilidade, pela perda da função pedagógica de transmissão de valores. Na percepção da sociedade a legitimação do passado é substituída pela de futuro, pois ao passado resta conhecer, venerar e preparar para o futuro, e os lugares de memória são, antes de tudo, restos, e deste modo tende-se a criar operações não naturais de memória secundária como a organização de documentação, eventos diversos – são estes os lugares de memória

para Nora. Somente são úteis por não vivermos mais verdadeiramente as lembranças que evocam. Diante de tal reflexão, Nora sugere que tudo hoje deixou de ser memória para se tornar história, vivida como dever, individual, psicológica, subjetiva, arquivística; e esta é a razão da obsessão pela preservação integral do passado e do presente (NORA, 1981).

Para compreender, neste sentido, a inserção e tratamento do patrimônio cultural, Choay (2001) propõe a distinção entre o monumento e monumento histórico. O monumento, cujo termo derivado do latim, possui significado de “lembrar” algo, “tocar, pela emoção”, é assim mediado pela afetividade, para fins de manutenção da identidade grupal, da origem, e estaria, segundo a autora, próximo da vida cotidiana das pessoas, em acontecimentos, rituais, expressões de sua cultura. Sua função memorial estaria se perdendo diante da importância que vem sendo atribuída à arte desde o Renascimento, dando à beleza estatuto e identidade. Assim, o monumento perdeu, ao longo dos séculos, sua função, e vem sendo substituído pelo monumento histórico, invenção bem datada do ocidente, de contexto e visão particulares, constituído por um grupo de especialistas e técnicos, sem mediação da memória ou história (CHOAY, 2001).

Contextualizada esta mudança na mentalidade sobre a memória (NORA, 1981), a identidade (PEIXOTO, 2004), o monumento (CHOAY, 2001), desde o Iluminismo ganha novo fôlego, com o advento do Romantismo, quando o monumento foi colocado em conjunto cenográfico para produzir um efeito de prazer visual, emoção, de morte para o início como ação do tempo, afetividade, transcendência (CHOAY, 2001). A partir deste período histórico, está instaurado o novo conceito: patrimônio cultural.

Se o conceito de patrimônio cultural originou-se conjuntamente com o de monumento, memória e identidade grupal, agora encontra-se cada vez mais próximo de algo criado, por meios técnicos, abstratos, jurídicos ou de distanciamento histórico e social, entre aquilo que se sobressai. Nesta nova identidade, o elemento mais essencialista é o patrimônio. Ele é o alvo da pretendida proteção (PEIXOTO, 2004), visto que o patrimônio, enquanto histórico, é nosso imaginário de substituição (NORA, 1981).

E o tempo é outro, o espaço, integrado e conectado em redes. O novo conceito, de patrimônio cultural, se consolida, e vem se modificando progressivamente. O patrimônio, portanto, passou a ser o registro do seu tempo, e precisa estar aberto à continuidade e transformação.

3 | A CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DA CIDADE VELHA COMO “BAIRRO PATRIMÔNIO”

3.1 A evolução urbana de Belém

Entre o povo ibérico, a estratégia geopolítica de ocupação dos territórios se consolidou a partir de empreendimentos militares e religiosos. De acordo com a ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (BRASIL, 2011) que deliberou pelo tombamento conjunto dos bairros da Cidade Velha e Campina, a fachada da cidade encontra-se na porção disposta em frente à Baía de Guajará, pois a cidade surgiu como elo entre rio e mar, com localização estratégica da foz do Rio Amazonas. Ao lado de São Luís, Belém foi a interiorização da ocupação portuguesa para garantir a posse da região amazônica, com a finalidade de atender à função militar de controle da entrada da baía e abrigo dos ataques do interior, nascendo a cidade em torno de um forte, o atual Forte do Presépio. Estava constituído o bairro da Cidade, que posteriormente ganhou a nomenclatura de Cidade Velha.

Constituiu-se o centro de Belém, desta forma, com os maiores símbolos da época, ou seja, o forte e as igrejas, cujo processo de ocupação fornece bases para a política de reconhecimento do Centro Histórico de Belém, adotado pela municipalidade em 1996, que excluiu a ocupação do século XIX e incluiu o bairro da Campina, representando uma “Cidade Velha patrimonial” (CASTRO, 2012). A área de ocupação mais recente da Cidade Velha foi considerada, desta forma, como entorno daquela de interesse à preservação.

3.2 A patrimonialização da Cidade Velha

A Cidade Velha vem ganhando uma importância que, além de histórica, passou a ser social, patrimonial e econômica para a cidade como um todo, de concentração de instituições de caráter público, museus e espaços de entretenimento, manifestações e eventos. O bairro é uma síntese da diversidade de Belém, onde convivem, de diferentes modos, diversos atores sociais – nem sempre desprovidos de conflitos ou divergências – tendo a mídia papel preponderante na construção de discursos, apropriações e ressignificações.

A partir do discurso na mídia, a realidade é apreendida pelos nossos sentidos, incluindo pensamentos, sentimentos, desejos, vontades, opinião. Em Belém, e em relação ao patrimônio em geral, geralmente o teor da mensagem se dá em torno da ideia do abandono, descaso e risco de desaparecimento, que portanto, precisa ser “revitalizado” ou “resgatado”. E quando se fala nos atores sociais da Cidade Velha, estão inclusos, além dos moradores, comerciantes, ambulantes, prestadores de serviços, servidores públicos, trabalhadores em geral, frequentadores usuais dos espaços culturais – sejam como visitantes, como artistas expositores ou turistas –

bem como funcionários das igrejas, irmandades religiosas, profissionais do sexo, flanelinhas, que passam a ser influenciados pelas representações que se constituem em torno do bairro.

Na década de 1990, quando o bairro ganhou maior visibilidade, um arquiteto ocupava o cargo de prefeito, e outro o de Secretário de Estado de Cultura, logo o patrimônio do núcleo antigo da cidade passou a ser motivo de disputas político-partidárias, simbólicas e de modelo e gestão, ganhando maior repercussão pelo fato de invocarem o direito artístico de criação na cidade.

Dentro do espaço, os processos de patrimonialização, segundo Peixoto (2004) passam por uma metonímia que se revela na substituição da causa pelo efeito: a exposição e a pressão que a revalorização e as práticas de lazer exercem sobre os monumentos históricos. É o surgimento, nas políticas patrimoniais, da concepção de que a paisagem urbana gera sentimentos de identificação, que viriam a originar modelos que são reproduzidos em série sob os valores da cidadania e participação cívica. Modelo este implantado na década de 80 em Barcelona, sob o bojo de uma nova filosofia de planejamento em que sobressaem a ideia de reabilitação e requalificação da cidade histórica e tradicional, consolidando-se como patrimônio através de uma identidade reinventada, desligada dos contextos cotidianos (PEIXOTO, 2004), trazendo para o contexto atual reflexão sobre monumento histórico já apontada por Choay (2001).

As cidades contemporâneas oferecem uma dinâmica que vai da esfera individual à identificação ou não com o espaço habitado, resultado de nosso tempo histórico, onde o poder e a manipulação do espaço aparecem na gestão urbana, quer da intervenção do estado quer na atribuição de valor de consumo ao patrimônio cultural.

Para Bauman (2009), neste ambiente, os gerentes são os agentes da força do mercado de consumo, de satisfação e lucros instantâneos. E assim as cidades foram dominadas pelo estado de medo e terror, que se utiliza da estratégia da invisibilidade planejada e da intimidação pela arquitetura e o urbanismo. A flexibilidade, espontaneidade, capacidade de surpreender e a oferta de aventuras foram extirpadas e substituídas por ambientes superficiais planejados. Lugares de proximidade e estranhamento na cidade ficaram envolvidos no tédio da previsibilidade nos espaços públicos – espaços de diferenças, onde poderia ocorrer um diálogo significativo, e a capacidade de movimentação livre pela cidade – afirma o autor (BAUMAN, 2009).

Na Cidade Velha, este debate aparece no planejamento em torno do conceito de signos arquitetônicos e urbanísticos de fausto do projeto Novo Pará. Classificado por Miranda (2006) como um dos momentos exemplares na história de Belém, o referido projeto originou o Núcleo Cultural Feliz Lusitânia, e foi iniciativa de Almir Gabriel, então Governador do Estado: iniciado a partir de 1994 como proposta de desenvolvimento, especialmente pelo apelo ao turismo, a partir de intervenções arquitetônicas no centro de Belém, seguidas de investimento em propaganda nos meios de comunicação nacionais e internacionais. A relação entre homem e espaço urbano passou a ser

mediado por imagens de caráter ideologizado, que suprime o que não se deseja mostrar, como a pobreza, e enaltecem-se com cores fortes e iluminação teatral um novo espaço de consumo, fruto da concepção da arquitetura como arte e inserção na paisagem por meio tátil (ou de uso) e por meio da ótica (ou percepção), adverte Miranda (MIRANDA, 2006). O Novo Pará não foi o único projeto de intervenção na Cidade Velha, sua proporção, sim, foi a mais impactante, haja vista que reordenou uma área de cerca de 50.000 m², gerando uma polêmica com a população por conta da retirada dos muros e da boate do forte. Por outro lado, a atuação da prefeitura de Belém e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), seguiram o caminho do diálogo com a população.

Ao analisar a intervenção que o estado realizou no forte em Belém, Dayseane Costa constatou que o patrimônio transformou-se no uso e no significado: tornou-se espaço de lutas simbólicas. A autora lembra que a história da cidade é também um pouco a de seus governantes, e apesar de pontual, as ações desenvolvidas promoveram influências e transformações que se fizeram sentir no cotidiano de todo o Centro Histórico de Belém (COSTA, 2007).

Seguindo a tendência mundial de transferência de responsabilidades de investimentos para a iniciativa privada, em Belém o patrimônio cultural adquiriu valor como empreendimento. No *marketing* turístico governamental desde aquele período, é possível identificar vários destes patrimônios constando como os principais atrativos culturais do Pará.

Se as ações dos governos se fizeram sentir mais fortemente, inauguraram uma tendência, pois o espaço é também definidor das práticas humanas. O bairro da Cidade Velha passou a ter sobre si toda a atenção na cidade, pois diferentemente de outras capitais brasileiras, Belém não conta com bairros em zona litorânea adaptada como novo espaço de habitação e do turismo. Restava o aproveitamento do centro, com a concentração maior de patrimônio cultural.

Nas políticas estatais tende-se a considerar o espaço apenas como o substrato material, sendo, portanto, objeto de planejamento “áreas vazias” ou de estética indesejada, onde as ações de renovação urbana atuam na mudança coercitiva ou não do conteúdo social e econômico de áreas, adverte Castro (2012), para quem o processo de patrimonialização na cidade vem ocorrendo concomitantemente com o de turistificação. Visão que pode ser complementada com a ideia de que a cidade, de acordo com Corrêa (2004) é como a ecologia, onde indivíduos ou grupos lutam pela sobrevivência, sucessão (e legado), pela competição e dominação dos mais fortes, modelando a cidade: proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, que atuam beneficiando-se de marcos legais que refletem conteúdos de classe. Sua organização espacial a fragmenta e articula, posto que é onde a diversidade vive com sua dimensão simbólica em comportamentos, valores, monumentos, o lugar da convivência e do conflito, cenário e objeto onde grupos sociais reivindicam direitos e igualdade.

Corrêa (2004) afirma que é na habitação, entretanto, que se nota mais nitidamente o resultado das contradições do espaço, pois camadas inteiras da população não possuem condições de arcar com custos de compra ou aluguel de residências dignas. Restam-lhes se apropriar densamente do centro em residências que já foram da elite, hoje degradadas e divididas, ou na favela e na periferia. Para o autor, na política pública, caberia ao Estado tentar minimizar os conflitos, entretanto ele pode acabar segregando, em ação conjunta com as classes hegemonicamente dominantes. A habitação, interação ou segregação influem em hábitos de consumo, estados de consciência, a capacidade de se fazer valer, valores e expectativas; acesso diferenciado a recursos de ascensão social que se reflete em códigos linguísticos, morais e cognitivos; acesso às facilidades da vida urbana, como esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, etc (CORRÊA, 2004).

Diante do exposto, o conceito de referências culturais tem ganhando mais visibilidade a partir da adoção do instrumento do Inventário Nacional de Referências Culturais pelo IPHAN – incluindo a participação popular em seus bens culturais, envolta na proximidade e afetividade do cotidiano, o patrimônio interpretado pelos sujeitos – surge como perspectiva de entendimento do patrimônio, aponta Fonseca (2001), que pode abrir possibilidades para o planejamento da Cidade Velha como portadora de patrimônio cultural mais adensado, com a necessidade de reconhecimento pelo poder público, e, futuramente maior participação de seus moradores nas políticas públicas.

3.3 As transformações do bairro e significados de patrimônio para os moradores

Observamos que um dos principais pontos dos discursos envoltos nas ações de intervenção do poder público no ambiente urbano, configurando-se mesmo como sua justificativa, é “a criação de empregos e renda”. Para exemplificar a questão, o dono de um bar tradicional no bairro, S. Celso, fala enquanto empreendedor:

[...] Trouxe só essa Lusitânia [Núcleo Cultural Feliz Lusitânia], ficou bonito isso aí... de resto, o movimento é o mesmo, tá meio assim devagar, ficou a mesma coisa, só quando tem algum movimento, show na praça...fora disso, não acrescentou muita coisa não. Foi proibido bloco aqui [de carnaval], prefeitura proibiu, passou tudo pro Portal. Não sei se esse ano vai ter alguma coisa. Morador...botaram quente porque pessoal (...) [urinava] muito na rua, na porta das casas, aí proibiram. (Relato oral: Celso, 15/01/14).

Outro interessante depoimento veio de Maxilene, de 23 anos, moradora há 17 do entorno imediato do Feliz Lusitânia. Quando perguntada se o projeto representou oportunidade de trabalho, ela afirma:

Pra ti trabalhar num espaço público – aí é um espaço público, da prefeitura, do estado – só vai trabalhar as pessoas que trabalhem pra prefeitura ou pro estado, entendeu? Não é que se lá que abre um *shopping*, tu deixa teu currículo. Não. Ou pessoas concursadas ou que presta serviço pra alguma empresa que presta serviço pra prefeitura ou pro Estado. Eu ainda não vi uma placa no Forte de ‘procura pessoas’ sei lá, pra garçom [...] eu conheço muita gente na Cidade Velha há muito tempo, desde que reformaram, que nunca abriu oportunidade de emprego, obra

nenhuma, espaço nenhum. Vamos supor: na Cidade Velha tem muitas coisas, tem o tribunal, o da adolescência, o da mulher, o do homem [...] muitas casas que tu pensa que não é órgão público...é!!! só que num órgão público tu não pode chegar e botar teu currículo, tem que ser concursada, entendeu? (Relato oral: Maxilene, 23/02/14).

O emprego e renda dos discursos governamentais parecem ter ficado em pequenos vendedores das imediações do Complexo Feliz Lusitânia, e aqueles gerados pelos empreendimentos que atraiu para o bairro, como as boates e casas de shows, bares e lanchonetes. Alguns frequentados pelos moradores, outros associados à desordem e perturbação do sossego.

O discurso, porém, tem um poder de afirmação. Para Foucault (1996), o discurso, na esfera da política, não é transparente ou neutro, mas ligado ao desejo e ao poder, aquilo pelo o que se luta, do qual queremos nos apoderar, como se pudesse se apoderar do futuro. Acerca do discurso econômico, lembra Cybelle Miranda (2006) da tendência mundial hoje dos investimentos serem responsabilidade da iniciativa privada, surgida com o pós-guerra para recuperar cidades destruídas na Europa, que ganha novos contornos nos anos 60, a partir da recomendação de cartas patrimoniais, que propõem a iniciativa privada como solução para o problema da degradação urbana aliada às formas de inclusão social, incluindo a abertura de vias de circulação, infraestrutura para o comércio e serviços, substituição de cortiços por áreas verdes no entorno de monumentos, restauração com caráter excepcional, habitação e convívio da população, enfatizando o turismo por comparar a riqueza patrimonial àquela natural de um país. Na década seguinte, portanto, o valor de uso do patrimônio já representa o valor econômico, tornando-se uma espécie de *shopping center* da cultura. No Brasil, continua Miranda, foi criado o programa Monumenta como estratégia da atração de investimento no patrimônio e equipamentos de lazer urbano como cafés, restaurantes, bares. E o patrimônio se tornou campo de conflitos entre os vários atores sociais que passam a disputar este espaço nas cidades: moradores, *outsiders*, artistas, vândalos (MIRANDA, 2006).

No estado, o Novo Pará foi o projeto que se caracterizou como o criador do discurso baseado na proposta de desenvolvimento, o que Foucault (1996) classifica de “sujeito fundante” no discurso da revitalização justificada pelo fomento ao turismo, emprego e renda.

As boates e casas de show que se instalaram no bairro, na opinião de D. Terezinha, trouxeram um uso indevido “porque tem os bares [boates e casas de show] da Siqueira Mendes, ah, é um sufoco. Não pode sair de casa porque estacionam” e afirma que “se fosse restaurante seria bom”, pois os frequentadores dos referidos espaços “fazem arruaça, diz que corre drogas, eu não sei porque não frequento, ninguém da minha família frequenta. É barulho, palavrão, gritos [...] briga” (Relato oral: Terezinha, 21/10/13). Opinião também do morador Marcos, que deixou de frequentar a praça do Carmo “por causa dessa boate Açai Biruta, é gente usando droga, fumando [maconha] aí na praça [do Carmo], deixei de ir com meus filhos...vai que eles veem fazendo isso

vão querer fazer também” (Relato oral: Marcos, 12/02/14). Estas informações ilustram como o social interage nos bairros com suas características físicas, que possuem “continuidade temática, de textura, espaço, forma, detalhe, símbolo, tipo de edificação, costumes, topografia, conservação, que são frequentemente associados às classes sociais ou étnicas que os habitam” (MIRANDA, 2006, p. 120).

A modernidade do presente e nostalgia do passado se personificam na arquitetura, onde a sociedade pode reviver momentos de sua história em uma mistura de memória, imaginário e busca do ideal da felicidade. Esta história, contudo, geralmente é das classes dominantes.

Para os moradores entrevistados, morar no bairro significa uma relação de afeto e tradição aliada a uma moradia em área central, próxima de várias facilidades. O fato de estarem em um centro histórico traz uma relação de admiração para com as edificações em 85% dos casos, sendo que 35% ou consideram que moram em uma casa histórica ou relatam frequentarem estes espaços; 10% ou aparentaram ser indiferentes ou disseram gostar de saber sobre a história destes espaços, e finalmente 5% afirmaram trabalhar em imóvel histórico.

Ressaltando-se que o termo da arquitetura que foi utilizado no Pará tem sido da “revitalização”, enquanto em outros estados o termo “reabilitação” (SOUZA; KRUSE 2012) é aquele comumente empregado, foi perguntado aos moradores entrevistados se o bairro precisa ser “revitalizado”, para os quais 85% responderam que sim, sendo para os moradores entre as maiores necessidades a segurança pública, com 75% das opiniões; a manutenção das praças, com 40%; a atração de novos moradores, combate aos alagamentos e ao tráfico de drogas, com 35%; limpeza, com 25%; arborização e manutenção das mangueiras, com 20%. Para moradores, portanto, revitalização significa obras que estão ao seu alcance imediato, do cotidiano, como segurança pública, iluminação e pavimentação de ruas. Na noção de preservação, contudo, o que se vê são conflitos envolvendo restauradores preocupados com a estrutura física dos imóveis, técnicos e pesquisadores que determinam o que é patrimônio, e moradores que sofrem com a burocracia e a impossibilidade de fazer alterações nas suas casas.

O patrimônio é apenas um elemento dentro da cidade. Ao pensar esta cidade, é a exposição à diferença que se torna principal fator da coabitação feliz em um urbanismo que promova conexão, comunicação e celebração (BAUMAN, 2009). Esta reflexão se coaduna com a de Corrêa (2004), de que, como produto social, é no espaço que atuam agentes responsáveis pela sua constante reorganização, incorporação, densificação do uso do solo, deterioração e renovação, relocação de infraestrutura de modo diferenciado e mudança coercitiva ou não de conteúdo social e econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro da Cidade Velha pertence a muitos – famílias tradicionais, ocupantes, moradores de rua, trabalhadores, empresários, artistas, técnicos do patrimônio,

flanelinhas, entre outros – que reivindicam seu direito ao espaço, fruição, sobrevivência e negócio, e tem várias facetas – da cultura, do turismo, da habitação, da vista para o rio, do verde, do fluxo de pessoas – constituindo a “velha” Cidade Velha e a “nova” Cidade Velha, na qual moradores se veem representados em novas concepções de patrimônio, como um modo de vida, e anseiam por melhorias que ultrapassem a política patrimonialista.

Neste contexto, os centros das cidades são apenas o reflexo de uma conjuntura maior dentro das políticas públicas, talvez pelo fato de nosso país ainda estar caminhando rumo a uma verdadeira democracia, talvez pelas gestões em todas as esferas ainda precisarem alcançar um patamar em termos de estrutura, corpo técnico, e recursos para a realização de uma política dialogada e mesmo conjunta. O exercício do diálogo é árduo e demorado. Contudo está previsto desde a Constituição de 1988, considerada cidadã.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Ata da 67ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2011__01__67a_reunio_ordinria__3_de_maio.pdf> Acesso em: 05 ago. 2015.

CASTRO, Cleber Augusto Trindade. **Processos de patrimonialização e turistificação na produção do espaço do bairro Cidade Velha, Belém, PA**. 2012. 110 f.. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/ UNESP, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 2004.

COSTA, Dayseane Ferraz da. **Além da Pedra e da Cal: a (re)construção do Forte do Presépio**. 2007. 157 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio**. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas sociais – acompanhamento e análise, n. 2, 2001. Disponível em <www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf>. Acesso em 15 mai. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, Neoliberalismo e Abertura Econômica no Brasil nos Anos 90. In: **Revista Pesquisa & Debate**, SP, vol. 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12029/8709>>. Acesso em 18 ago. 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 49, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>>. Acesso em 20 set. 2015.

MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia: Cenários do Patrimônio Cultural**

em Belém. 2006. 265f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. KHOURY, Yara Aun (trad.). In **Projeto história**: Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: PUC, 1981, p. 7-29.

PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 70, dez. 2004: 183-204. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1056>>. Acesso em 19 mai. 2015.

SOUZA, Célia Ferraz de; KRUSE, Fabiana. Transformações dos centros históricos: antes de construir os diálogos, a precisão de conceitos. In: VAZ, Lilian Fessler; et al (org.). **Centros urbanos**: transformações e permanências. Rio de Janeiro: Casa 8/ PROURB; 2012.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-38-3

